

GOLDMAN, Wendy. Mulher, Estado e Revolução: política da família soviética e da vida social entre 1917 e 1936. São Paulo: Boitempo, 2014

Resenhado por Yasmim Yonekura

Wendy Goldman é uma historiadora e professora estadunidense, com foco no passado político e social da Rússia e da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Seu trabalho de denúncia social da memória da repressão no período de Stalin e análise crítica das políticas relacionadas ao gênero e a família na União Soviética são conhecidos e aclamados, tendo ganhado o Berkshire Book Award em 1994 pesquisando nessas temáticas.

A obra aborda as questões relacionadas a visão pós-revolução russa sobre os direitos das mulheres, a estrutura familiar e a concretização dessas novas ideias nas políticas públicas da União Soviética. Goldman também documenta a lenta dissolução das conquistas no campo de direitos das mulheres pós-revolução bolchevique, com a reburocratização do estado soviético, a forte influência do conservadorismo stalinista e a repressão no que tangem as discussões sociais atreladas ao tema



No primeiro capítulo, cujo título é "As Origens da Visão Bolchevique: Amor Sem Entraves, Mulheres Livres", Goldman nos dá o contexto de 1918, logo após a chegada da ala socialista ao poder através do processo revolucionário. Cita o novo Código da Família elaborado por Alexander Goikhbarg, que esperava que a lei, o Estado, o casamento e a família definhassem ao ponto de tornarem-se completamente obsoletos. Adentrando o questionamento radical e trazendo a exposição de novas concepções sobre a divisão dos afazeres domésticos, a moralidade conservadora socialmente construída e a inserção da mulher enquanto indivíduo político na esfera pública, Goldman nos traz Alexandra Kollontai, uma das poucas líderes femininas entre os bolcheviques, que encontrou resistência a suas ideias mesmo entre seus pares mais radicalizados.

No segundo capítulo, intitulado: "O Primeiro Retrocesso, Besprizornost' e a Criação Socializada da Criança", Goldman mapeia o desafio do novo governo revolucionário em relação a 7,5 milhões de crianças em estado de vulnerabilidade social na União Soviética pós-Revolução e pós-guerras imperialistas dos anos finais dos Romanov. Esse cenário foi complexo e inesperado aos novos governantes, de tal forma que a tentativa de criar instituições infantis foi fracassada, visto que a demanda social era enorme e eram poucos os recursos internos para atender essas crianças. As creches e os orfanatos sofreram grandes sobrecargas e, com as crises após o conflito entre Japão e Rússia, os soviéticos viram-se obrigados a cortar o auxílio financeiro nesses pontos para focar em outras áreas da sociedade necessárias a reestruturação econômica. Isso resultou na frustração aos planos de libertar mulheres e reconstituir modelos familiares mais justos.

No terceiro capítulo - "A Lei e a Vida Colidem: União Livre e População Assalariada" - Goldman foca no direito ao divórcio como fundamental para os bolcheviques. A autora pontua como a perspectiva da independência frente ao casamento era advindo de debates teóricos feitos por mulheres ricas e de classe média, que poderiam construir carreiras e viver a própria liberdade. Porém, para a maioria das mulheres da classe trabalhadora, o casamento era um lenitivo financeiro e também representava um ciclo de codependência para poderem subsistir no mundo. Registra-se também que o pensamento libertário bolchevique estava em contradição com a realidade russa. A Nova Política Econômica (NEP) trouxe grandes prejuízos às trabalhadoras e as camponesas. O aumento da prostituição, o abandono legalizado pelo divórcio das novas leis bolcheviques, a dificuldade em conseguir pensões dos maridos que as abandonaram, a discriminação no mercado de trabalho e a falta de amparo no cuidado com a família geraram grandes pressões populares por mudanças nas novas leis soviéticas.

No quarto capítulo - "Agitando o Mar de Estagnação Camponesa" -, Goldman foca no perfil camponês da Rússia. Ela coloca como fundamental o direito comum e coletivo dos camponeses a propriedade, mas apenas na titularidade do camponês homem. Essas ideias eram validadas pelo Código da Terra. O Código da Família bolchevique trazia uma questão radical dentro do âmbito da individualidade e do gênero, já que a mulher não só passava a ter direito de propriedade, mas como o direito a abandonar o núcleo familiar. Outro destaque é para a mulher camponesa solteira que

frequentemente era vítima das próprias comunidades, que utilizavam sua mão de obra, mas tomavam-lhe a terra e não reconheciam seus direitos em relação a propriedade e trabalho. Nesse sentido, o formato de atividades e reuniões dos soviéticos trouxeram a possibilidade dessas mulheres se fazerem ouvidas e se imporem dentro das eleições e processos coletivos das suas aldeias. Goldman destaca que as mudanças na aldeia começaram a acontecer, apesar dos séculos de poder patriarcal camponês, e que a educação das mulheres camponesas e a conscientização destas por seus direitos foi uma das grandes vitórias da Revolução.

No quinto Capítulo - "Podando o 'Matagal Burguês': Um Esboço de Um Novo Código da Família", Goldman expõe a criação do Código da Família de 1925 que passou por um debate entre os mais radicais juristas pela dissolução da família e os juristas mais contidos que queriam proteger crianças e mulheres dos impactos das mudanças soviéticas, tão disruptivas em relação ao recente passado do país. Goldman expõe os diversos conflitos causados pela tentativa da criação de novas normas - visto que os soviéticos queriam abolir a lei - familiares.

O capítulo de número seis, intitulado "Liberdade Sexual ou Caos Social: O Debate sobre o Código de 1926" discute o embate após a apresentação do esboço final do Código da Família para o país. As camadas mais conservadoras alegavam que o Código era idealista e baseava-se numa emancipação social e sexual que não era possível dada a realidade soviética naquele momento. Outro ponto de tensão era a validade legal do matrimônio tendo por base o medo de que a separação de bens levasse a dissolução dos lares camponeses. A ala progressista defendia que o registro do casamento fosse opcional e que a validade e os direitos das uniões não ficassem restrita ao registro. Apesar das muitas discussões, o Código foi aprovado em uma perspectiva alinhada ao pensamento revolucionário, mas sua conturbada aceitação mostrava a diferença entre a idealização bolchevique pela lei e as condições materiais para construção do socialismo num país pobre.

O capítulo sete tem por título "Controlando a Reprodução Mulheres versus Estado" e começa falando sobre o decreto de 1920 que legalizava o aborto de forma gratuita em todos os hospitais pelos médicos. Goldman também aponta aos curiosos três pilares que eram vinculados a questão da pobreza, depois a uma idealização de um cenário onde as mulheres não precisariam abortar e a terceira que as necessidades de reprodução eram coletivas e prevaleciam sobre as da mulher. A autora enfatiza que a perspectiva revolucionária no que tange ao casamento, divórcio e união livre não chegaram na questão da maternidade. Depois versa-se sobre a dificuldade do acesso ao aborto porquanto a burocracia e ao fato de o procedimento oferecido ser rápido, mas dolorido e sem anestesia. Também é apresentado o tipo de mulher que geralmente buscava o aborto após regulamentação da prática: Casadas, mãe de pelo menos um filho, dona de casa ou assalariada, ou seja, majoritariamente mulheres com perfil urbano. A autora comenta a mudança nas motivações das mulheres ao abortar: Em 1920, não queriam ter o filho pela pobreza, mas em 1930 era pela vontade de não ter um filho. O período marcou uma queda na taxa de natalidade no país. Em 1936, a União Soviética proíbe o aborto e começa a promover políticas públicas em prol da maternidade.

Ambos falharam em promover o aumento da taxa de natalidade. A autora ainda finaliza o capítulo com o fato que em 1938 registrou-se aumento das redes de aborto ilegais organizadas por mulheres e maiores taxas de mortalidade em decorrência disso.

O capítulo oito intitula-se "Reformulando a Visão: A Ressurreição da Família", a autora explora as políticas conservadoras que trouxeram de volta a família e ideais semelhantes aos burgueses para as políticas públicas soviéticas. Apesar de a década de 1920 ter marcado uma significativa melhoria na União Soviética nos âmbitos sociais, culturais e econômicos, principalmente nas políticas públicas de cuidados coletivos e entrada das mulheres no mercado de trabalho, não houve o cumprimento da promessa da emancipação feminina tão sonhado pelos bolcheviques.

Na conclusão, "O Oxímoro de Stalin: Estado Socialista, Direito e Família", Goldman aponta-nos como os ideais e políticas no que tangem a família e a libertação femininas foram totalmente invertidos: Da perspectiva da abolição a luta pela manutenção. Goldman define a situação como trágica, pois as mulheres soviéticas perderam a memória da Revolução e aprenderam a chamar o conservadorismo stalinista machista e misógino de "socialismo" e "libertação".

A obra de Goldman é uma importantíssima leitura, que mais do que recomendável é necessária. Para além disso, o enfoque na historiografia sobre políticas públicas, práticas institucionais, discursos e práticas educacionais no que tange a questão de gênero, maternidade, aborto, família e cuidados é rica e ajuda-nos a refletir porquanto a nossa própria realidade.

É uma obra que escancara a coragem, as vulnerabilidades e potencialidades do processo revolucionário bolchevique, de seus principais atores políticos e também da realidade social do camponês e do operário, principalmente das mulheres dessas categorias sociais. Rememorar a União Soviética e a trajetória e luta de suas mulheres é necessário e urgente.

Olhar o passado, para lutar pela construção de um novo futuro.

REFERÊNCIAS

GOLDMAN, Wendy. *Mulher, Estado e Revolução*: política da família soviética e da vida social entre 1917 e 1936. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2014.

O/A(S) AUTOR(ES/AS)

Yasmim Yonekura

Mestrado em Estudos Linguísticos e Literários pelo Programa de Pós-graduação em Inglês da Universidade Federal de Santa Catarina. No ano de 2021, tornou-se doutora após defender sua tese no Programa de Pós-Graduação anteriormente referido, sob orientação da professora doutora Alessandra Brandão.

Como citar:

GOLDMAN, Wendy. Mulher, Estado e Revolução: política da família soviética e da vida social entre 1917 e 1936. São Paulo: Boitempo, 2014. Resenhado por Yasmim Yonekura. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, Brasília, v. 24, n. 1, p. 402-406, jul./dez. 2023. DOI: 10.26512/les.v24i2.51817. Disponível em: . Acesso em: XXX.

Correspondência:

Nome por extenso do autor principal

Rua XXX, número XXX, Bairro XXX, Cidade, Estado, País.

Direito autoral:

Este artigo está licenciado sob os termos da Licença [Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/)..

